Comissão aprova parecer e orçamento vai a plenário

Previsão é de que entre na Ordem do Dia da sessão de terça-feira

Porto Alegre – Em reunião na manhã desta quinta-feira (19), na Sala da Convergência, a Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle, presidida pelo deputado Edvilson Brum (MDB), aprovou o parecer favorável com emendas do relator, deputado Cláudio Branchieri (PL), ao PL 409/2026, o PLOA 2027, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2027. O relator aponta riscos fiscais e prevê um déficit de R$ 7,47 bilhões, enquanto o projeto do Executivo fixa o déficit em R$ 4,8 bilhões.

Depois de aprovado o parecer na Comissão de Finanças, por nove votos favoráveis e três contrários, o projeto de lei do Orçamento Anual 2027 segue para apreciação e votação em plenário, com previsão de entrar na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

Das 1.990 emendas parlamentares protocoladas, o relator acolheu 1.915 emendas, e outras 16 receberam parecer contrário, 41 foram prejudicadas e 18 foram retiradas. As 112 emendas de relatoria foram aprovadas por unanimidade.

Logo após a leitura do parecer por Branchieri, ocorreu a defesa das emendas parlamentares com pedidos de destaque, encaminhados pela bancada do PT para temas relacionados com o percentual de 12% da saúde conforme determinação constitucional; a destinação de R$ 110 milhões previstos para emendas individuais ao Sistema Único de Saúde (SUS), para alcançar os 12% na saúde; e o salário de servidores de escolas públicas cujos vencimentos estão congelados e alguns abaixo do piso regional, todos foram rejeitados pelo colegiado.

Debate

Na votação do parecer contrário do relator a 16 emendas, os conteúdos relacionados com o Fundo Plano Rio Grande (Funrigs) geraram debate entre os parlamentares, no questionamento a respeito do poder do conselho em deliberar sobre a destinação de recursos para obras, em especial para as concessões rodoviárias, os Blocos 1 e 2, mas na votação foi mantido o parecer contrário do relator. As 41 emendas prejudicadas foram aprovadas por unanimidade, assim como as 112 emendas de comissão.

abc+
Confira mais notícias da transição em abcmais.com/politica

CELSO BENDER/ALRS



Comissão de Finanças aprovou parecer do relator

Questionamentos

Em aparte, o deputado Miguel Rossetto, líder do PT, alertou que o cenário projetado configura "duas verdades ou duas mentiras", uma anunciada pelo atual governo que define o déficit em R$ 4,8 bi e a outra verdade, anunciada pelo relator, de que o cenário para 2027 é de déficit superior a R$ 7 bilhões e apresenta cenário gravíssimo para o Estado, inclusive com ausência de caixa para o segundo semestre.

Branchieri explicou que "seria mentira" se as receitas fossem infladas e as despesas desinfladas, o que não seria real, "o nosso papel é demonstrar a situação real das contas do Estado, o governo pode estar certo na sua avaliação, se o Propag for aceito, e a ADI do desconto da Previdência continuar arquivado pelo STF, mas é nosso papel falar sobre os riscos a partir de janeiro", afirmou.

O líder do governo, deputado Frederico Antunes (PP), antes do votação do parecer ao PL 409/2026, defendeu a previsão de déficit encaminhado no projeto, e considerou a previsão deficitária de R$ 7,47 bilhões de "hipótese levantada pelo relator", e rebateu todos os riscos apontados na relatoria do projeto.

Outros questionamentos finais ao projeto foram da deputada Sofia Cavedon (PT), Zé Nunes (PT), e Miguel Rossetto, que justificou o voto contrário da bancada ao parecer do relator, recusando-se a aprovar uma "mentira confortável". Branchieri reiterou suas ponderações a respeito do grave risco fiscal a ser enfrentado.

+ Parecer aponta risco de atrasos salariais

"O cenário fiscal do Estado para 2027 é gravíssimo", afirma o relator. "Há clara possibilidade de falta de caixa a partir de junho, quando volta o pagamento da dívida com a União."

A receita total estimada no PL 409/2026 é de R$ 95,13 bi, e as despesas totais estão fixadas em R$ 99,19 bi. O projeto não indica como cobrir a diferença de R$ 4,87 bilhões: o art. 5º diz apenas que a cobertura "será perseguida" com receitas adicionais, controle de despesas e medidas do Regime de Recuperação Fiscal ou de outro instrumento de ajuste com a União.

A avaliação destaca que "não há folga em nenhum indicador", e que "cortes não resolvem": Dos R$ 99,19 bi, R$ 95,06 (95,8%) são rígidos: pessoal, dívida, reservas, fontes vinculadas, mínimos constitucionais, despesas contratuais e orçamentos dos demais Poderes.

A convicção do relator está no déficit estrutural, que não dispõe de fonte de cobertura indicada pelo Poder Executivo, a retomada do pagamento da dívida com a União e o risco de desabastecimento de caixa no segundo semestre. O parecer aponta que a partir de junho o Estado poderá descumprir regularmente o pagamento da folha dos servidores, dos fornecedores, precatórios e a dívida com a União. E na hipótese de falta de acordo com o governo federal para adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), somente através de liminar no Supremo Tribunal Federal o novo governo poderá suspender ou reescalonar os pagamentos da dívida a partir de junho de 2027 .

Branchieri encaminhou ainda oito recomendações ao Poder Executivo, e no final, reconhece que o voto favorável cumpre as exigências de elaboração do orçamento, mas "não afasta os riscos expostos (no parecer)".

Registraram presença, além de Edivilson e Branchieri, as deputadas Bruna Rodrigues, Sofia Cavedon, Eliana Bayer, e deputados Miguel Rossetto, Zé Nunes, Juvir Costella, Frederico Antunes, Joel Wilhelm, Guilherme Pasin, Rodrigo Lorenzoni e Professor Bonatto.

Daniel Scola
abcmais.com.br/danielscola
danielscola1401@gmail.com
@danielscola no Instagram



DIVULGAÇÃO



Sede do Supremo Tribunal Federal em Brasília

Bangue-bangue no Supremo

A mais alta Corte do país parece um filme de faroeste. Um quer acabar com o outro, é uma briga pra mostrar quem é o menos pior. E nessa briga, só têm vilões. Aquele que deveria arbitrar essa briga dá mais motivos pra ser chamado jocosamente de "fraquinho".

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que foi criado com o objetivo de fiscalizar o Judiciário, passa a mão na cabeça de um ministro cuja esposa é dona de um escritório de advocacia. E até aí nenhum problema. Viviani Barci de Moraes pode ser o que ela quiser. Ser esposa de ministro não a impede de exercer sua profissão. Mas o bom senso moral deveria impedi-la de firmar contrato com uma empresa que tinha processos tramitando na Corte onde atua o esposo. A permissividade do Supremo Tribunal Federal (STF) e a omissão do CNJ deram espaço para que Alexandre de Moraes mantivesse relação próxima com o agora presidiário, Daniel Vocaro.

A mesma permissividade possibilitou que um outro ministro, Dias Toffoli, viajasse num jatinho com um dos advogados do banco para ver um jogo de futebol. Toffoli era sócio de uma empresa dona de um resort de luxo com laços com empresas de Vorcaro.

A imoralidade do STF não para por aí: um dos ministros e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, é suspeito de ter participado de festas com garotas de programa pagas por Vorcaro. Será que nenhum deles tinha ideia de que eram bajulados só porque são ministros da Corte que julga processos do banco Master?

Já que eles não têm senso moral, um código de Ética seria necessário. Edson Fachin encomendou um. Mas a proposta está numa gaveta de Carmen Lúcia, a ministra relatora.

Nesse bangue-bangue tem outro ministro citado, André Mendonça. Diante de novos relatórios da Polícia Federal elaborados a pedido de seu diretor, Andrei Rodrigues, a quem Mendonça também ataca, o ministro decidiu tirar o sigilo das investigações. Ele alega falsa equivalência entre os casos. Seu envolvimento não é, como queriam os outros ministros, igual.

No meio do fogo cruzado, estamos todos nós, que acreditamos na democracia, mas estamos vendo o Judiciário, que se alia ao crime, sem que ninguém faça nada.